
CÂMARA TÉCNICA INDÍGENA E POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS CT-IPCT/CIF

18ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA TÉCNICA INDÍGENA E POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS CT-IPCT/CIF

Participantes:

Andrei Camargo Duarte (FUNAI/ Fundação Nacional do índio), Antônio Carlos Cacique Tupiniquim (TI Comboios), Antônio Carvalho Cacique Guarani (TI Caeiras Velhas), Caroline Buosi Molina (Secretaria de Governo SNAS/DPDS), Cecília Reigada Piva (FUNAI/Fundação Nacional do índio), Douglas da Silva Lemos (Presidente AITG - Associação Indígena Tupiniquim e Guarani), Edna das Neves e Silva (SETADES/ES), Eduardo Romano Bustamante (Fundação Renova Vice-Líder de Programa), Eva Adriana Costa Gazoni (Fundação Renova – Governança), Gabriel Vinícius Moura (Fundação Renova Advogado), Jorge Luiz de Paula (FUNAI Fundação Nacional do Índio), Luiz Henrique Rodrigues (SECULTES/ES), Mariely Helena Barbosa Daniel (SESAI/MS), Monica Silva de Jesus Pazinato (CRQ Degredo-Comissão Local), Renaldo Krenak (TI Krenak), Suzane M. F. Carvalho (Secretaria de Governo - SNAS/DPDS), Thiago Henrique Fiorott (FUNAI/Ouvidoria-SEDE), Tiago Cantalice da Silva Trindade (FCP / Fundação Cultural Palmares), Valeria do Socorro Novaes De Carvalho (FUNAI/SEDE), Lucas Cravo de Oliveira (Defensoria Pública), Maria (Ernest&Young), Ricardo (Fundação Renova – Gerente Povos e Comunidades Tradicionais), Hugo Ricardo Diogo (Representante do MPF), Rita (Fundação Renova- Direitos Humanos). Confirmar os nomes conforme a lista de presença.

PAUTA

Apresentações de Responsabilidade da Fundação Renova

I) Pauta Quilombola

I – Ações desenvolvidas para o estabelecimento de solução definitiva para o abastecimento de água potável para Degredo.

II - Atendimento emergencial com água para consumo suficiente para as famílias cujos poços estão contaminados com arsênio e outros metais pesados, com vistas à proteção e promoção da saúde.

III – Indenização – apresentar proposta de calendário de atividades para estabelecer a matriz de danos de forma independente do PBAQ

IV – Plano de Cheias para o território de Degredo e integração ao plano anual de contingência para o período chuvoso. Atividades realizadas e a realizar (cronograma).

11h00 – 12h30

II) Pauta Faiscadores

I – Plano de Cheias para as comunidades de faiscadores e integração ao plano anual de contingência para o período chuvoso. Atividades realizadas e a realizar (cronograma).

II – Medidas Compensatórias para o grupo de garimpo e pesca artesanal – proposta e cronograma de atividades

III) Pauta Indígena

I – Deliberação 201 – Fornecimento de água para os Tupiniquim e Guarani

II - Situação do Abastecimento de Água para as TI's Caeiras Velhas II, Tupiniquim e Comboios.

III – Fluxo para inclusão de novas famílias para os Tupiniquim e Guarani.

IV - Plano de Cheias para as terras Tupiniquim e Guarani – atividades realizadas e a realizar (cronograma)

V - Cronograma das ações do abastecimento da água na TI Krenak e das galerias nas travessias do córrego do Cacau.

VI – Informe preliminar sobre o ECI – análises em andamento na FUNAI e na SESA e desdobramentos.

VII – Atualização do cronograma de ações da Polifônicas no território - constante do ECI e aprovado na reunião de apresentação em dezembro/2018.

VIII – Agenda de Trabalho da Polifônicas no território para realização de coletas, de acordo com concessão de licença pelo IBAMA.

V) Pauta Geral

7h00 às 17h30 - Encaminhamentos finais

CÂMARA TÉCNICA INDÍGENA E POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS CT-IPCT/CIF

Dia vinte de fevereiro de 2019, na sala 101 do Anexo II do Palácio do Planalto, Bairro Zona Cívico Administrativa, em Brasília/DF aconteceu a reunião da Câmara Técnica Indígena e Povos e Comunidades Tradicionais CT-IPCT/CIF. A reunião foi iniciada pela coordenadora Caroline Molina da Secretaria de Governo da Presidência da República, que deu as boas-vindas e realizou a rodada de apresentações. A Câmara Técnica é coordenada pela Secretaria de Governo e compartilha a coordenação com o Thiago Cantalice, Fundação Palmares e Valéria Novaes da FUNAI, a participação de membros representantes de órgãos governamentais ainda em processo de transição, representantes das Comunidades: Quilombola de Degredo, Indígenas, Krenak, Tupiniquim Guarani e de Faiscadores/Pescadores. Foi feita a apresentação do novo gerente do setor de Povos e Comunidades Tradicionais criado pela Fundação Renova reportando diretamente à diretoria de Programas Socioambientais e econômicos, Sr. Ricardo, convidado recentemente para essa função. Este reitera que, mesmo com as mudanças ocorridas, a figura do líder de programa permanece e reforça o compromisso de manter o diálogo dentro de um contexto sabido complexo e dar encaminhamento das questões importantes mencionadas neste fórum. **Pauta Quilombola: I – Ações desenvolvidas para o estabelecimento de solução definitiva para o abastecimento de água potável para Degredo. II - Atendimento emergencial com água para consumo suficiente para as famílias cujos poços estão contaminados com arsênio e outros metais pesados, com vistas à proteção e promoção da saúde. III – Indenização – apresentar proposta de calendário de atividades para estabelecer a matriz de danos de forma independente do PBAQ.** A coordenadora retoma a fala para o primeiro item de pauta, onde haverá, dia 22 de fevereiro, próxima sexta-feira, a 4º Reunião Ampliada Intercâmaras sobre Medidas Estruturantes para o Abastecimento de Água para a Comunidade de Degredo no Espírito Santo. A expectativa dessa agenda é que a Fundação Renova apresente proposta de sistema de abastecimento, como ação estruturante, considerando todas as ressalvas feitas em reunião anterior pelas Câmaras Técnicas, Prefeitura de Linhares e Comissão Quilombola. Paralelo a isso, sobre a água emergencial, que tem sido entregue na proporção de 5L/pessoa/DIA, reiterou-se o pleito de que ela seja ampliada para 15L/pessoa/dia, atendendo Relatório da CT Saúde de 2018, especialmente para os 34 poços altamente contaminados (contendo metais pesados, dentre eles, Arsênio). Na reunião extraordinária da CT-IPCT, realizada dia 30 de janeiro, a Fundação Renova apresentou o laudo de 138 poços onde ainda faltam 40 a serem avaliados e 34 poços que deveriam ser interditados devido à contaminação por arsênio. A água não poderá ser usada para nenhuma situação muito menos para ser consumida. A Renova foi questionada para dar o retorno de quando a água será entregue até que a situação se resolva por completo. No entanto, ela não se posicionou com uma resposta efetiva. No mesmo instante foi recebido um ofício, enviado na noite anterior, no qual a diretoria da Fundação informa que não será ampliada a entrega da água para 15L/pessoa/dia. A coordenação da CT questiona sobre o posicionamento recorrente da Fundação de não atender qualquer deliberação feita pela CT ou pelo CIF e de manifestar-se no momento em que a reunião preparatória ocorria, tornando impossível o debate com os membros da CT. Na reunião intercâmaras realizada em janeiro foram renovadas as cobranças, os prazos foram revistos com ata oficializada agora já vencidos. A própria CT Saúde e CT Segurança Hídrica já informaram a necessidade da imediata interdição dos postos, aumento no abastecimento para 15 litros por pessoa e de ações voltadas para a utilização sustentável da água. É grave a situação, posiciona a coordenação da CT. O novo gerente da FR informa que não pode responder e dar prazos sem a prévia consulta com seu diretor e que entende que a ação de educação ambiental precisará mesmo ser feita, mas com o apoio de uma equipe especializada para isso e que deverá ainda ser contratada. Acordou-se que enviará os prazos a implementação das ações na próxima semana. A representante da comunidade Quilombola em Degredo pontuou que as questões do uso sustentável da água e do abastecimento bem como a contaminação dos poços têm que ser discutidas com urgência pela Fundação Renova dentro da comunidade com a intensificação do diálogo direto com as famílias. A água sempre foi utilizada para atender todas as necessidades e hoje não se pode nem usar para lavar roupa. Enquanto Câmara Técnica tem-se que trabalhar com a realidade, estudos factíveis, soluções técnicas para resolver os problemas alinhadas com os grupos interessados e sensibilidade para lidar com pessoas. É obrigação da Fundação já que suas mantenedoras provocaram o desastre. Propõe dar efetividade para continuar o processo de reparação dando as providências necessárias e celeridades das ações propostas. O representante jurídico da Renova ressalva que ela é uma fundação privada, que a entrega dos 5 litros de água foi uma decisão institucional e tem como objeto a relação de responsabilidade onde essa questão entende-se por uma liberalidade quanto aos direitos humanos. Lembra a todos que não há nexo causal o rompimento da barragem e a qualidade da água. A representante da FUNAI interpõe ressaltando que o princípio da precaução tem que estar presente o tempo todo, atribui a CT o auxílio e a responsabilidade de obter dados e a Renova tem autonomia para junto aos órgãos federais para legitimar o processo, mas que, precisa-se avançar com urgência para que o dano não se estenda. Representante do Ministério Público e consultor da Ramboll pontua sobre o entendimento do nexo causal. Primeiro que a relação de nexo causal é linear e não existe na literatura atual nem precedentes técnicos, e as relações de causa e efeito possíveis que estão se processando no território pela lama até o momento e o descumprimento da Cláusula nº20 do TTAC. Ressalva que não se pode ainda ter todas as afirmativas corretas porque o que paira é a incerteza; segundo que o que se tem certo são territórios atingidos e precisa prevalecer

CÂMARA TÉCNICA INDÍGENA E POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS CT-IPCT/CIF

o princípio da precaução citado anteriormente e existe uma fragilidade de uma decisão judicial que se pautou em um argumento técnico frágil, nenhum dos grupos envolvidos, governo, Renova e CTs tem a certeza dos reais danos causados e sua extensão. E pergunta com que base estão sendo feitas as exclusões de áreas e comunidades e na insistência sobre a questão do nexo casual porque ela não se processa não tem respaldo no fórum internacional e, do ponto de vista metodológico, não tem fundamento. A solução seria adotar boas práticas de gestão, assumir as incertezas e realizar estudos para a monitoramento a médio e longo prazo. O representante da Fundação Cultural Palmares ressalva que não é uma liberalidade, houve uma deliberação aprovada no CIF de maio por uma demanda da comunidade e não foi atendida e por isso a recorrência nas solicitações consequentemente a aplicação de multa. A decisão judicial se deu sobre a multa do não cumprimento da deliberação e não sobre a água. Reafirma que o nexo causal não foi comprovado e não se justifica e, portanto, não pode ser buscado apenas pelo viés ambiental com base nos relatórios, precisa ser levada em consideração a percepção da comunidade local. Faz um apontamento importante também sobre o direito da auto definição dos atingidos garantido internacionalmente para serem reconhecidos que está acabando por criar um critério de exclusão já que nem os órgãos governamentais o fazem. A representante da SETADES acredita estar havendo uma inversão de valores já que Fundação Renova foi criada com o objetivo de acelerar o processo de ressarcimento, sem o paradigma empresarial e sem a estrutura burocrática da máquina pública, mas, que está mantendo uma postura de empresa privada, e não leva em consideração as medidas compensatórias precisa abrir o dialogo na sua finalidade adotando outra postura. E afirma que tem sim nexo causal pela insegurança de beber a água ou comer o pescado do rio. A coordenadora da Câmara Técnica questiona a Renova como será feita a comunicação com a comunidade sobre os 34 poços que estão contaminados e que a ela deverá se justificar que foi feito por mera liberalidade a entrega de 5 litros de água por pessoa na comunidade, e a não entrega dos 15 litros, conforme pleiteado. Propôs um ato coletivo para apresentar os termos tratados da questão da água e o ofício enviado, em conjunto com o Ministério Público Federal, Defensoria Pública da União, CT Saúde, e quem mais merece receber a resposta. A CT-IPCT afirma que esta questão está na condição de compensação e precisa-se resolver os problemas enquanto estudo e análises estão sendo feitas. Relatou a oscilação da Fundação sobre decisões acordadas questionando a condução que é feita pela CT. A representante Quilombola solicitou a presença na reunião das pessoas responsáveis pelas decisões assinadas nos ofícios para explicar o que está sendo feito diretamente com os atingidos. Principalmente quando são líderes dentro da Fundação que chegaram recentemente. Sugeriu que para o programa 4 o diálogo tem que acontecer casa a casa e as novas informações não podem ser levadas apenas pelos representantes, a comunicação é de responsabilidade da Renova. O líder dos programas da Renova presente respondeu a importância da fala da CT sobre as respostas, principalmente a temas polêmicos têm que ser adiantadas, e não chegarem no dia da reunião. E assume a responsabilidade por atrasos nas ações principalmente com a dificuldade de integração entre os programas e informações geradas pelos estudos e da articulação institucional interna da Renova. Degredo é uma das comunidades mais assistidas do ponto de vista do saneamento básico, e a discussão sobre o nexo causal é sempre desgastante e acaba por gerar mais insegurança na comunidade. Expectativa de ampliar a discussão técnica em Linhares com a equipe de segurança hídrica e relações institucionais da Renova no território faltando apenas o alinhamento com a prefeitura para identificar a contribuição de cada parte nesse processo já que o município é o responsável legal pelo saneamento básico. Há uma dificuldade da Renova em assumir compromissos sequenciais sem uma articulação conjunta com o Ministério Público como determina a legislação. **Encaminhamento-E18.1: Sobre a negativa de entrega dos 15 litros de água para atender a população cujos 34 poços estão contaminados, manteve-se a proposta de realização de um ato com a comunidade justificando o porquê desta negativa e a seguir uma atuação individualizada, família por família. Prazo: mês de março de 2019 (sem data definida ainda).** O gerente de projetos relatou que foi uma definição da diretoria sob diversos aspectos e argumentos e lembrou que para realizar a informação da decisão desta maneira colocada poderia gerar uma instabilidade maior na comunidade. Sugeriu uma intervenção que junte a lógica de educação e diálogo e tentar esperar uma conversa mais interinstitucional, postergando o prazo. O representante da Fundação Palmares pontuou que a interdição dos poços contaminados irá ocorrer de qualquer forma. E a representante dos atingidos de Degredo alertou que a questão agora é de saúde pública e o governo não tem como arcar sozinho. As consequências na qualidade de vida e saúde da população serão sentidas anos depois e a Renova não estará presente mais para dar as tratativas devidas. A falta de cuidado ao levar as informações relevantes à população tem gerado insegurança e descrédito. A Fundação errou em enviar um Ofício sem comunicação devida para o território, já que são pessoas simples de pouca instrução e principalmente ao mencionar os poços contaminados não foram identificados quais eram, de quais famílias, gerando pânico na população. O gerente da Renova fez a proposta para que a Renova já chegue com a notícia e propostas de soluções. A coordenadora da CT relatou que faltou informação básica sobre a contaminação dos poços que foi realizada pelo poder público e as comissões locais. Completou que a Renova errou ao trazer o ofício sem uma comunicação prévia e a proposta para se ter esse momento coletivo para sanar dúvidas, mais uma vez solicitada a postergação. O gerente de programas da Renova reitera a sua fala onde precisa sim chegar com a notícia, mas também com uma resposta, e a necessidade de se fazer uma conversa interinstitucional antes de ir a campo. O representante da FUNAI, pontuou que a informação, a

CÂMARA TÉCNICA INDÍGENA E POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS CT-IPCT/CIF

essa altura já chegou na comunidade, e ficou preocupado porque desde o começo a Fundação Renova se apresentou com uma perspectiva diferente de uma empresa e de construção de relacionamento de longo prazo. Chegou-se até este momento patinando em uma série de ações reforçando a postura com os Krenak que preferem lidar diretamente com a Vale do que com a Renova gerando perplexidade com a maneira como os assuntos estão sendo tratados e na capacidade de gestão e mediação de conflitos. Consequentemente o desgaste quando se opta pela judicialização. A Renova exerceu seu posicionamento através do Ofício, ouviu as ponderações e argumentos que foram registradas e necessidade da tomada de ações adjacentes. Porém, há um processo legal que envolve o município, com a responsabilidade de assumir a entrega. **Encaminhamento -E18.2: A interlocução tem que ser feita pela Renova através do Programa 04 via comunicado, ou contato direto ou institucional. Encaminhamento -E18.3: Contratação de equipe para fazer o treinamento da educação ambiental postergado. Verificado a possibilidade de ser enviada uma notificação.** A coordenadora informou a manutenção da agenda em Linhares e paralelamente reforçou o compromisso da CT e Renova para dar celeridade nas ações estruturantes na perspectiva de compensação. **Encaminhamento-E18.4: Apresentar como será feita a comunicação do tema da negativa do ofício pela Renova. Prazo: Imediatamente.** A representante da SETADES questionou se o novo diretor da Renova se preocupou em consultar os líderes dos programas antes de emitir o ofício porque aparentemente não está suficiente embasado para discutir o assunto. O representante da FUNAI, pontuou que, qualquer ação de outro programa no território e que abrangem povos tradicionais tem que estar informada pela lógica da associação com as ações contempladas nos Programas 03 e 04. Demandam um olhar diferenciado sobre as questões já dispostas para que o diálogo seja estabelecido. A Renova irá avaliar durante o almoço uma solução para dar o retorno para as famílias cujos poços estão contaminados. Ainda na pauta Quilombola a coordenadora lembrou do **tema da Indenização**. A representante Quilombola contextualizou que, em reunião com a Renova e a comunidade, o tema será tratado com maior aprofundamento nas próximas CTs, já que se iniciaram as discussões com a equipe do Programa PIM para um desenho específico de como as indenizações serão feitas respeitando toda a especificidade de cada povo tradicional. A Fundação Renova também aceitou a proposta de que a mediação deverá ser feita via Ministério Público e Defensoria Pública. O representante dos faiscadores lembrou que precisa saber como a Renova dará o encaminhamento/direcionamento em relação ao desenvolvimento das matrizes de danos desses povos. A Renova relatou que iniciou uma conversa no começo de 2018 do processo de estruturação indenização, com a expectativa de não precisar esperar os planos resultantes dos estudos. Houve uma necessidade de desenhar uma matriz de danos exclusiva para esses povos para além do que o Programa de Indenização Medida, PIM oferece. Neste meio tempo o Plano Básico Ambiental, ou PBA, já estava em andamento, para a comunidade Quilombola, no qual a discussão sobre a indenização acabou por entrar no escopo do plano. Em discussão dentro da CT e com a Comissão Quilombola optou-se por retirar esse tema do PBA, para tratá-lo separadamente e estruturalmente pela Renova não haveria objeção. Relatou que seria necessário esclarecer isso. **Encaminhamento-E18.5: Construção em conjunto, Comissão Local e Renova, do calendário próprio, esclarecimento pela H&P que o tema da indenização não será tratada mais dentro do PBA e, paralelamente, mobilizar as áreas da Renova do PIM para trazer as bases da metodologia e matriz de danos já feita para apoiar a comunidade na construção da sua matriz.** Foi sugerido convidar o Sr. Wilson, procurador federal, que construiu a matriz de danos para atender a comunidade indígena depois do acidente com o avião da GOL. As atualizações do andamento das discussões serão compartilhadas por em tempo informou a Renova. A coordenação da CT sugeriu alinhar com a CTOS os pontos de atenção sobre o programa de Indenização para auxiliar a CT-IPCT no processo. **Pauta Faiscadores: I – Plano de Cheias para as comunidades de faiscadores e integração ao plano anual de contingência para o período chuvoso. Atividades realizadas e a realizar (cronograma). II – Medidas Compensatórias para o grupo de garimpo e pesca artesanal – proposta e cronograma de atividades.** O representante dos faiscadores de Santa Cruz do Escalvado iniciou a sua fala diretamente à Renova, e pontuou que a principal foco deve ser o atingido, a questão da água é de grande relevância e os prazos estão sendo postergados, que a tradicionalidade do seu povo foi diretamente afetada e prejudicada com as obras na Barragem de Candonga. O processo de reativação econômica praticamente não existiu. Como presidente da Cooperativa de Atingidos dentro do Lago de Candonga eram vinte profissionais monitorados e com contrato de 4 anos em vigor, que foi rompido e não houve nenhum tipo de ressarcimento por alegação que não seria responsabilidade da Renova e sim da Samarco. Relatou ainda que a obra mencionada causou um dano ainda maior com o depósito de rejeitos que estava a 30 metros de profundidade do leito e trazer para a borda da barragem, construção do barramento na época da piracema. Solicitou com urgência que se faça uma análise dos poços furados e sua interligação que até hoje não foram feitos, e a falta de respeito com as assessorias técnicas. “Não podemos medir para falar da Renova, destruiu nossos sonhos e paralisou a nossa vida, furando os poços e que não estão nem funcionando”. Colocou também a sua percepção que a Renova não respeita as Câmaras Técnicas. A assessora Técnica participou de uma reunião para fazer uma denúncia com relação a tratativa de um antropólogo no território contratado pela Fundação para dar uma resposta sobre a lista de atingidos, colocou em suspensão a tradicionalidade e identidade do grupo. Essa pessoa não será mais aceita na comunidade devido a maus tratos infligidos a duas antropólogas da comissão de atingidos e Assessoria

CÂMARA TÉCNICA INDÍGENA E POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS CT-IPCT/CIF

Técnica. **Encaminhamento-E18.6:** Solicitou a verificação dos encaminhamentos da ultima reunião: a Renova ficou de ir ao território para esclarecer sobre os programas e discutir sobre as medidas de compensação coletivas com as assessorias técnicas e assim que essas pudessem passar para os atingidos. 2. A Renova ficou de encaminhar os laudos sobre a qualidade da água de maneira didática e explicativa para assessoria para ser repassado aos faiscadores. Por fim convidou a equipe da Renova a ir ao território para construir em conjunto as medidas de compensação coletiva para os pescadores e faiscadores. Questionou porque foi contratada uma empresa fora do território para fazer os serviços nas propriedades que poderiam ser realizados pela Cooperativa de Atingidos. Ficou explicitada a falta de interesse em investir na mão de obra local. A luta é também para que se tire o rejeito do Rio Doce. Não justifica uma empresa criada para reparar o dano é a favor das mineradoras e não do atingido. A coordenadora da CT informou à Renova que os faiscadores (Santa Cruz e Rio Doce) elaboraram uma lista sobre o Auxílio Financeiro Emergencial. Parte já foi incluída no AFE e foi apresentada uma nova lista no final do ano passado e a CT recebeu uma negativa. A coordenação explicou que a câmara não incide sobre todos os temas, preza-se pela autonomia e interlocução no território direto com a Renova. Quando algo não dá certo relacionado aos programas 03 e 04 a CT intervém. Pela convenção 169 que trata do auto reconhecimento desses povos tradicionais e por conta disso não seria preciso submeter este autoreconhecimento a estudos ou pesquisas acadêmicas ou técnicos. A Comissão local ou cacicado é a instância maior para a deliberação deste reconhecimento. Todas as vezes que precisa-se incluir novos nomes a demanda não flui, vai-se recepcionar essa situação no tema dos faiscadores e reiterar que seja respeitado esse auto reconhecimento. A título de comparação, tem-se o CadÚnico que traz o Cadastro do Bolsa Família e outras políticas sociais que já legitimam a pessoa somente com a auto declaração. Questiona porque tem-se que voltar a trás para conseguir operacionalizar todo o processo. Pontua que a CT precisa reiterar os prazos assumidos com a população, retomada da atividade produtiva, o respeito com a comunidade, no estudo de componentes para o faiscador/pescador precisa-se analisar os impactos e a atribuição de cada um. Relatou que foi significativo o tema da câmara ter virado uma gerência e a expectativa é que tenha equipe da Renova para impulsionar todos os processos.

Encaminhamento-E18.7: Estudo de componentes faiscadores/pescadores para análise dos impactos. A Renova informa que se houver um termo de referência de um órgão público responsável pode-se seguir com o processo. Sugestão de ser a SEPPIR. A Renova programou uma reunião integrada do território em novembro tentando articular, mas não conseguiu evoluir devido aos temas que são divididos: indígena e tema quilombola e o tema faiscadores que eram tratados separadamente. É sério a questão do distrato e do desrespeito e, mesmo com todas as divergências e posicionamentos diferentes não se justifica o desrespeito e será encaminhada a questão internamente. Com a nova gerência a expectativa é de ter maior alcance e apoio para a articulação também com outros programas com o de manejo de rejeitos e saúde para conduções internas de discussões e alinhamento antes de ir a campo. Dar as devidas prioridades com relação à segurança ambiental com relação ao tema da água e saneamento, ficou a tarefa da Renova que no próximo mês esta conversa esse diálogo será feito no território. A Renova deverá fazer um resgate da discussão feita no final do ano com os faiscadores e a assessoria técnica Rosa Fortini, relativo às **listas de auxílio emergencial e aos exames de qualidade da água**, pois houve o entendimento de que foi colocada em suspeição a identificação do coletivo, por meio de um antropólogo contratado que nem foi a campo e sobre o qual ficou formalizada uma queixa de distrato. **Encaminhamento E18.8:** A Renova deve executar as análises da qualidade da água e do que foi estruturado para os faiscadores nos três últimos anos, inclusive a questão das listas de auxílio emergencial, para apresentação e entrega na próxima reunião da CT-IPCT. **Encaminhamento-E18.9:** Apresentação do Programa 12 às comissões e notificar a comunidade, comissões de atingidos e assessorias técnicas sempre que houver alguma ação que será feita no território. O gerente da Renova explica que com a gerência a expectativa de ter uma resposta mais rápida, que irá encaminhar as demandas da melhor forma possível aproveitando o momento aproveitando que o status de liderança para a ser de gerência o que permitirá uma melhor interlocução interna. O representante dos faiscadores sugeriu que a Renova revisse as ações dentro do território, e a quase 1 ano não há retorno sobre as ações prometidas e a responsabilidade foi passada para a Samarco, e a forma como o gerente de território se compromete com a comunidade para não criar expectativas. Informa que são pessoas em situação de vulnerabilidade. Sugeriu procurar o MP para levar essas solicitações já que a Renova não deu as devolutivas e solicitou maior comprometimento com o que é dito. Plano de Contingência para Cheias apresentado pela Fundação Renova, Ofício recebido um dia antes da reunião o que foi apontado que deveria ter chegado com 5 dias de antecedência. A Renova preparou um ofício que foi encaminhado à CT-IPCT, do dia 19 de fevereiro, com as seguintes questões: Faiscadores, que têm um plano de contingência para cheias específico integrado com a Samarco que já está em andamento, para os municípios de Santa Cruz do Escalvado e Rio Doce, está na fase final para Comboios da contratação da instalação das réguas nos 4 pontos e aquisição de equipamentos e matérias de suporte para necessidades emergenciais que serão entregues à Defesa Civil em março. Degredo: a Renova demonstrou que os resultados prévios do PMQQS já sinalizaram a possível não contaminação pelos rejeitos do rompimento da barragem para o Rio Ipiranga e que não será desenvolvido o plano de cheias para o município pois entende-se que não existe uma justificativa técnica. A representante de Degredo informou que o Plano de Contingência foi solicitado pelo

CÂMARA TÉCNICA INDÍGENA E POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS CT-IPCT/CIF

Prefeito de Linhares devido ao alagamento em épocas de cheias, e a Renova responde que a problemática é com relação à contaminação e não das cheias que já são características da região. Onde está a justificativa técnica que não há contaminação na água do rio, nas veredas, no Ofício se fala do Rio Ipiranga e não do Rio Doce, e a representante de Degredo pontuou que nas cheias a água do Rio Doce chega até o Ipiranga. A Renova respondeu ao representante dos faiscadores que o plano de contingência para algumas regiões como Santa Cruz do Escalvado, Rio Doce e Governador Valadares, com exceção de Barra Longa, não houve alteração no desenho da calha do rio Doce que seria a justificativa técnica e direta para realização do plano. A Samarco junto com a Defesa Civil já haviam construído um plano de cheias para a região e a responsabilidade pelas atividades também é dela e não da Renova já que não houve um agravamento de cheias por causa do rompimento da barragem. O representante dos faiscadores informou que com as obras do barramento em Candonga (Usina Hidrelétrica Risoleta Neves) aconteceu sim um alagamento e assoreamento em algumas propriedades e, na época das cheias, três vertedores abertos a velocidade da água aumento o processo de erosão do solo. E alertou que tem-se um rio assoreado e se o volume de cheia vier como esperado irá ultrapassar a calha. **Encaminhamento-E18.10: marcar uma reunião com os faiscadores da região, a Samarco e a Renova para discutir sobre a responsabilidade do Plano de Contingencia de Cheias. Prazo: apresentar uma data no dia 14/03.** A representante da SETADES pontuou que este tema está sendo discutido há pelo menos 4 meses e sempre a Renova traz as mesmas respostas. A representante de Degredo lembrou que não seria necessário esperar a cheia para dar a solução e solicitou a contratação de profissionais da região para um trabalho mais eficiente. O representante dos faiscadores lembrou à representante da Renova na aérea de Direitos Humanos que a Fundação não está preparada para reconstruir o respeito que responde que percebeu a vulnerabilidade da comunidade tradicional e irá encaminhar esse tema da ofensiva e desrespeito aos direitos humanos pelo especialista contratado pela Renova atuando na região para a área de competência e recuperar o trabalho com a comunidade. Destacou também a importância de se conseguir trabalhar de forma mais harmônica e com o tratamento com dignidade nesses locais e se propoz para ir na comunidades para ajudar a diminuir a tensão instalada. O cacique de Comboios informou que a comunidade poderá contribuir para plano de cheias e solicitou que a Fundação vá ao território para ver o que está sendo proposto, e montar equipe em campo para que sejam cumpridas as ações, alinhar com os estudos se ter um processo mais assertivo de campo. **Encaminhamento-E18.11: A Renova deverá tornar de conhecimento da comunidade os planos de contingência de cheia. Agendar uma reunião em Degredo nos mesmos moldes de uma reunião ampliada que foi feita em Comboios. Prazo data para enviar a data: até dia 22/02.** A coordenação da CT informou a necessidade de se fazer o plano para lá já foi avaliado no CIF e isso precisa ser alinhado pela equipe da FR. **Pauta Indígena. Deliberação nº201.** A Renova informou que irá prosseguir com as tratativas para as ações. O processo de estruturação do abastecimento em Aracruz seria o mesmo processo em Degredo, mapeamento e análise dos poços, proposta da CT de dar as soluções individuais e na ultima reunião ponderou-se a necessidade encaminhar para soluções coletivas. O ponto das análises dos poços foi suspenso durante o período de negociação dos acordos, e está-se aguardando a orientação sobre a solução técnica por parte da SESAI. O referido órgão público informou que todas as discussões sempre acontecem dentro do fórum da CT. A coordenação da CT informou que a SESAI já tem uma proposta de uma alternativa e que já foi validada pela comunidade de Comboios e precisa-se fazer o mesmo com a Aldeia de Caieiras Velhas nos moldes do que está sendo realizado em Degredo. E acrescentou que é indispensável a participação da CT Saúde e CT- SHQA, o cacicado, lideranças ; antes do dia 15 de março a SESAI tem que ter ida a campo. E levar informação apresentação da análise das águas pela sesai e pela Renova para levar para essa reunião. **Encaminhamento-E18.12: a SESAI ficou de marcar uma agenda de reunião com as aldeias faltantes para levar a proposta para as ações estruturantes para o abastecimento de água em Aracruz. Organizar reunião sobre sistema de abastecimento para TI Tupiniquim Guarani, juntamente com CT Saúde e CT- SHQA, o cacicado, lideranças e Fundação Renova. Dia: 15/03.** O cacique de Caieiras Velhas informou à Renova que conversou com as lideranças e poderá retomar as coletas. **Fluxo para inclusão de novas famílias para os Tupiniquim e Guarani. A Fundação Renova assinou o acordo emergencial incluindo ate 210 famílias, por solicitação dos caciques e valerá a partir do 1º repasse do acordo original. As associações presentes no território ficaram de enviar a lista destas famílias e documentos como requisitos mínimos para acesso a esse repasse financeiro.** Tem-se ainda pendentes 7 famílias que precisam ser incluídas e não haveria a necessidade de criar um processo em separado já que pode ser desgastante. Quando toda a documentação estiver sido entregue a Renova teria 20 dias para executar o pagamento retroativo a janeiro. A Renova ressaltou que os Krenak haviam estabelecido em 2016 a proibição da Fundação de realizar qualquer atividade ou ação no território de forma autônoma sem a presença da Vale porque a interlocução seria diretamente com a Vale. Pode-se operacionalizar como executor de um processo já constituído, mas como não há nenhum tipo de relacionamento estabelecido. Precisa-se de um termo, formalizado entre a Câmara Técnica, a Vale e FUNAI. Pode ser encaminhado pela última para que a Renova possa entrar no território. **Encaminhamento-E18.13: A FUNAI enviará a Fundação Renova um termo de formalizado entre ela , a Vale para dar acesso à Renova fazer a interlocução diretamente com a tribo Krenak.** Com relação à Comboios a Renova explicou que tentou buscar todas as informações e documentos necessários junto à associação local que realizou o processo de atualização

CÂMARA TÉCNICA INDÍGENA E POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS CT-IPCT/CIF

das 36 famílias e que tem a responsabilidade administrativa do acordo. Isso ainda não ocorreu e, portanto, só seguiria com o repasse das mesmas famílias e inclusão de novas já solicitadas quando a lista estiver pronta e documentação faltante entregue. Cronograma das ações do abastecimento da água na TI Krenak e das galerias nas travessias do córrego do Cacaú. O representante Krenak perguntou sobre o cronograma de atividades, da devolutiva do que foi feito nos poços só há 1 utilizado para abastecimento, se haveria possibilidade de tratamento da água e a questão das travessias que mesmo como cronograma pronto não se iniciaram as ações ainda.

Encaminhamento-E18.13: Encaminhamento pela Renova do cronograma detalhado de forma mais estruturada até o dia 22 de março. Reunião com esclarecimento para as lideranças do cronograma e não ser apenas o envio do documento. Compartilhar o status dos pontos críticos, e atualizar a questão das obras com cronograma. A representante da SESAI relatou o maior problema é o da vazão dos poços perfurados. Cogitou-se pela retirada da água do manancial do Córrego da Onça, avaliar a vazão, a autorização para entrada dentro de propriedades privadas para fazer uma adutora que cruzaria o rio Doce. E que não poderia condicionar a escolha do manancial pelo tipo de tratamento mesmo que precise de um mais avançado, seria a solução adotada. O fornecimento de água não poderá estar condicionado à simplicidade da solução. Informe preliminar sobre o ECI – análises em andamento na FUNAI e na SESAI e desdobramentos. A representante da FUNAI relatou a confirmação das coletas com a pactuação em março da agenda. Solicitou o apoio da Renova na viabilização das agendas de coletas, presença no território e participação dos representantes indígenas. A Polifônicas retornou com uma apresentação em dezembro de 2018, houve uma prévia com as comunidades sobre a matriz de impactos e não o estudo como um todo. Dia 19 de fevereiro houve a reunião sobre a agenda de coletas com Tupiniquim Guarani, e dia 20 será discutido o plano de trabalho. Dia 22 de fevereiro estará em Comboios para discutir a questão das coletas, se tudo caminhar conforme previsto e aprovação das análises complementares, na semana do dia 25 de março já terá condições de começar a parte das coletas. Outro item colocado pela Renova foi sobre a discussão das ações estruturantes que motivou a apresentação da Polifônicas, que fará o diálogo com as comunidades dentro da linha de programas da Renova. Pontuou também que a ideia da apresentação parcial do estudo foi para mobilizar a população para que melhore a comunicação e o diálogo e a necessidade de alinhar a expectativas diferentes para não chegar ao final do cronograma com divergências.